

---

**17ª. Reunião preparatória do Comitê de Acompanhamento do  
TAC do caso Hydro**

---

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às 14h30, de forma virtual, por meio da plataforma Zoom, realizou-se a 17ª Reunião Preparatória do Comitê de Acompanhamento do TAC da Hydro. Participaram da reunião os seguintes membros do Comitê: Maria Olívia Pessoni Junqueira (Procuradora do Ministério Público Federal), membro suplente; José Edson Maciel (Alunorte Alumina do Norte do Brasil S/A), membro titular; Eduardo Romano Bustamante (Norsk Hydro Brasil), membro titular; Marcos Lobato (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas de Barcarena), membro suplente; Mário Santos (Representante da Sociedade Civil – Região 1 – Comunidades Quilombolas e Tradicionais), membro titular; Rosenilda Evangelista (Representante da Sociedade Civil – Região 2), membro suplente; Leandro Azevedo (Representante da Sociedade Civil – Região 3), membro titular; Fátima Solange Góes (Representante da Sociedade Civil – Região 4), membro titular. Gracilene Barreto, membro suplente da Região 3 participou da reunião até às 15h30, quando teve que se retirar. Renato Belini de Oliveira Costa (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará), membro suplente, justificou ausência. Também estiveram presentes na condição de convidados: Rosa Mendes, coordenadora de Projetos Industriais (Semas) e os seguintes representantes da empresa Águas de São Francisco, Fernando Teles e Renê Chaveiro, convidados do Comitê de Acompanhamento. Além destes participantes, representando a secretaria executiva do Comitê estavam as seguintes pessoas: Edane França Acioli, Daltro Paiva, Paulo Pantoja e Raphael Castro (IEB). Os membros presentes receberam a formalização do convite via E-mail expedido pela secretaria executiva do Comitê, em 22 de abril de 2021, onde também constava a data e a pauta desta reunião, aprovadas durante a reunião do dia 30 de março de 2021. Antes do início da pauta, Edane Acioli fez uma breve explicação com instruções iniciais acerca da dinâmica de reuniões em espaços virtuais. Dando início aos trabalhos, é declarada a Abertura da 17ª Reunião do Comitê de Acompanhamento do TAC. Adentra-se no primeiro ponto de pauta: **1) Temas ordinários. 1.1) Informes.** Neste momento são anunciados os nomes dos novos membros eleitos da 5ª representação da Sociedade Civil, Rozemiro Brito, como titular, e Amauri Figueiredo, como suplente. Os membros não puderam participar da reunião e justificaram a ausência. Em seguida, passa-se para **1.2) Aprovação das ATAS das Reuniões anteriores.** A secretaria executiva recebeu um pedido de revisão da **ata da 15ª reunião** extraordinária do CA, ocorrida no dia 17.03.2021, da empresa Hydro, que solicitou revisão do trecho onde consta uma referência à fala de Luana Carvalhosa durante a 4ª reunião do CA. A revisão do texto não foi consensuada entre os membros, assim, a ata fica pendente de aprovação. Ficou acordado que o trecho da gravação da 4ª reunião em questão será enviado à Hydro para que Luana Carvalhosa possa ouvir, entender o contexto da fala e fazer um esclarecimento por e-mail aos membros. O IEB também fará uma proposta de redação para esse trecho e enviará aos membros para aprovação da ata via e-mail. A **ata**

da 16ª reunião do dia 30.03.2021 foi considerada aprovada pelos membros em seu texto original. Passa-se para o ponto **1.3) Leitura dos encaminhamentos pendentes: 1.3.1) Plano de Aplicação para o recurso das multas depositados no FEMA.** A Semas constituiu em março uma comissão interna composta por cinco técnicos do órgão para tratarem da elaboração do Plano de Aplicação do recurso. Foi aberto o convite ao Comitê de Acompanhamento do TAC para a indicação, até o final de abril de 2021, de três membros para acompanharem esta comissão. **Pendente: O Comitê de Acompanhamento manifestar a indicação de três pessoas para comporem esta comissão da Semas, com novo prazo até final de maio/2021.** Em seguida, passa-se ao **1.3.2) Regimento Interno.** O IEB recebeu contribuições ao Regimento até o dia 12 de abril, consolidou uma nova versão do documento e encaminhou para os membros por e-mail. Para os membros da sociedade civil foi enviado o documento impresso. **Fica pendente a realização de um momento para tratamento dos parágrafos em estacionamento conceitual em data a ser definida. No cronograma do IEB está programada uma atividade de nivelamento e tratamento do regimento com os novos membros da sociedade civil das representações 4, 5 e 6 para o mês de junho.** Passa-se para o ponto **1.3.3) Termos de Referência para contratação das auditorias independentes.** **A)** Compartilhamento dos Termos de Referência à medida em que eles sejam aprovados para contratação. Nesse item, Edane Acioli informa que não houve alteração no status; **B)** Compartilhamento contínuo de informações sobre o processo de contratação e sobre a execução do trabalho das empresas selecionadas para os estudos, visando efetivo acompanhamento dos membros. O Termo de Referência para o item 2.1.1 do TAC teve suas inscrições prorrogadas até o dia 24/03/2021, e o Termo de Referência 3.1 do TAC, encerrou suas inscrições em 09/03/2021; **C)** Sugestões sobre o processo de contratação e execução dos estudos feitas pelos membros aos signatários durante a 13ª reunião. O IEB registra o atraso no envio da sistematização das questões a serem enviadas aos membros, devido ao acúmulo de tarefas com a reunião extraordinária do mês de março. **Pendente: IEB enviar aos membros uma sistematização das questões apresentadas durante a 13ª reunião, com prazo até meados de maio de 2021.** Passa-se para o ponto **1.3.4) Item 2.1.4 do TAC. Investimento de até R\$ 5 milhões na criação e implantação de sistemas alternativos de tratamento e distribuição coletiva de água potável ou outra solução técnica viável.** **A)** Questões enviadas à Prefeitura de Barcarena via e-mail em 23/10/2020. As questões pendentes de respostas da Agência Reguladora (ARSEP), da Prefeitura de Barcarena e demais questões que foram elencadas sobre o tema durante as reuniões do CA, foram sistematizadas pelo IEB e enviadas por e-mail aos membros em 12/04/2021, com cópia para ARSEP, Concessionária Águas de São Francisco e Prefeitura de Barcarena. **Pendente: Envio das respostas às questões enviadas, sem prazo definido;** **B)** Solicitação de inclusão da questão da consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas e comunidades tradicionais dentro das discussões do projeto de expansão do sistema de água. Essa questão foi direcionada aos signatários do TAC no dia 12/04/2021 por e-mail com cópia para todos os membros. **A solicitação está sem prazo definido e no aguardo de manifestação dos signatários.** **C)** Apresentação de um documento explicativo, pelos signatários, justificando a escolha da área a ser implementado o projeto de expansão da rede de abastecimento de água, de um mapa detalhado da área e o resultado da análise de equilíbrio econômico-financeiro. Edane informa que durante a 15ª reunião do CA houve o envio do mapa da área logo ao final da reunião e houve uma

apresentação do avanço do estudo do equilíbrio econômico-financeiro, além da apresentação de informações sobre o projeto. **Ficando pendente a apresentação de um documento explicativo pelos signatários, justificando a escolha da área a ser implementado o projeto de expansão.** Por fim, o último encaminhamento foi: **D) Realização** de uma capacitação da sociedade civil para nivelamento com os novos membros sobre o projeto de expansão do serviço de água (Item 2.1.4 do TAC). Edane informa que a capacitação específica com os membros da sociedade civil para nivelamento do tema ocorreu no dia 20 de abril de 2021. Ao final da atualização dos encaminhamentos, abriu-se para manifestação dos presentes. Jaqueline Sales questiona aos signatários, se há alguma novidade sobre o estudo de saúde das comunidades. Ela informa que as lideranças estão sendo procuradas por moradores com problemas de saúde, que já fizeram exame de várias especialidades disponíveis pelo Sistema Único de Saúde (SUS), sem que os médicos descobrissem qual a doença. Jackeline relembra que há alguns anos foram feitos exames pelo laboratório Central de Saúde Pública do Estado do Pará (LACEN), que atestaram contaminação por metal pesado em algumas pessoas, altas taxas de alumínio foram identificadas no sangue e no cabelo, inclusive em crianças. Maria Olívia responde à Jaqueline, que teve acesso a documentos e alguns estudos relativos à verificação de metais pesados em cabelos, e que há também a previsão de avaliação sobre metais pesados dentro dos termos de referência que envolvem o processo produtivo da empresa Hydro e Alunorte. A procuradora também informa que, enquanto estava analisando alguns documentos do caso, identificou um laudo importante que trata especificamente sobre esse ponto dos metais pesados, desde então, foi iniciado um novo procedimento e encaminhado ofício à Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará para busca de informações sobre o laudo, ao mesmo tempo, foi encaminhado ofício à Hydro para verificação de informações. Explica que está aguardando as respostas da Semas e da Hydro. Além disso, relembra o fato ocorrido no último final de semana de janeiro desse ano, em que houve um fenômeno de explosão de algas, deixando verde a água que banha a região de Barcarena e Abaetetuba, chegando até ao município de Ponta de Pedras. Relata ainda que, desde então foi formada uma força tarefa para tentar descobrir o que poderia ter provocado esse fenômeno. Também informa que estão dialogando com os setores de saúde do município e do estado, justamente por conta de possíveis reflexos na saúde da população local. Além disso, está sendo retomado um TAC sobre o licenciamento ambiental e um monitoramento ambiental, verificando junto à SEMAS um levantamento das empresas que atuam no distrito industrial de Barcarena. Jaqueline Sales agradece pelas informações trazidas pela procuradora do MPF e reforça a importância de atenção à saúde, com consultas e exames especializados. Relata ainda que, uma outra dificuldade tem sido o número reduzido de vagas para estes exames, além da necessidade de médicos e medicamentos especializados. Retomando a discussão sobre os termos de referência para a contratação das auditorias, Maria Olívia relata que solicitou uma suspensão na publicação de alguns editais para realizar uma revisão final. A procuradora esclarece que pediu a revisão em alguns documentos, por exemplo, na questão dos planos de emergência de barragem, ela solicitou que fosse assegurada uma simulação com as comunidades e que as comunidades tenham acesso e participação no processo de elaboração e de efetividade do plano de emergência. Finalizando o tema, Maria Olívia **informa que haverá uma reunião durante a semana para tratar sobre os termos de referência pendentes de publicação e o MPF dará retorno aos membros do Comitê**

**sobre o resultado.** Em seguida, Fátima Solange relata que vem apresentando um problema recorrente no estômago, e que algumas pessoas de sua comunidade também relatam o mesmo. Fátima e seus vizinhos acreditam que tem relação com a qualidade da água, que está apresentando coloração vermelha há algum tempo. Reforça que as famílias não têm condições de pagar a conta de água da concessionária e comprar água mineral para beber, então, muitas vezes, as famílias bebem a água fornecida pela rede de distribuição da Águas de São Francisco, e, quando se consome essa água, as dores de estômago são frequentes e fortes. Diante do relato, Fátima pergunta se é normal a água permanecer vermelha. Fernando Teles responde a senhora Fátima informando que toda a água que sai do sistema de abastecimento está dentro dos padrões recomendados pelo Ministério da Saúde. Então, **ele propõe iniciar uma rotina de monitoramento para tentar identificar o que levou a água a ficar nessa coloração.** Dando prosseguimento, inicia-se o ponto principal da pauta: **2) Cláusula 2.1.4 do TAC (investimento de até 5 milhões na criação e implementação de um sistema alternativo de tratamento de água coletivo portátil em Barcarena).** Edane faz a abertura do ponto informando aos convidados da concessionária Águas de São Francisco que o projeto em discussão, referente à cláusula 2.1.4 do TAC, foi compartilhado com os membros do comitê no dia 23 de março, incluindo os seguintes documentos: especificação técnica, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma de execução e as seis pranchas de indicação da área. Em seguida, Renée Chaveiro e Fernando Teles iniciam a apresentação do projeto, compartilhando a imagem da prancha principal do projeto, onde se identificam os principais pontos da rede. Renée explica que o sistema de abastecimento de água foi projetado para o crescimento vegetativo da cidade de Barcarena, considerando a produção de água no horizonte de tempo projetado para não se ter problemas com o abastecimento. Fernando Teles lembra que a mesma apresentação foi realizada em modo presencial para algumas pessoas do CA, membros da sociedade civil, que foram visitar a concessionária em março. Na ocasião da visita presencial, Fernando relata que as maiores dúvidas foram com relação à localização de comunidades e ruas que serão atendidas pelo projeto, assim, Fernando inicia com o compartilhamento de um mapa da área de abrangência, também atendidas pelos caminhões-pipa, explica que esta seria a área prevista no projeto para receber a expansão do sistema. Iniciando os questionamentos sobre a apresentação do projeto, a procuradora Maria Olívia pergunta a Fernando Teles se toda a área da comunidade São Sebastião do Burajuba será atendida pelo projeto. Fernando responde que somente o ramal principal. Fátima Solange pergunta a Fernando Teles se a comunidade Renascer com Cristo está contemplada no projeto de expansão da rede de abastecimento de água e, caso não, se há algum projeto de expansão para esta comunidade. Fernando responde que nesse projeto não há previsão de abrangência para esta comunidade, mas, a empresa tem como meta a expansão do sistema para todo o município de Barcarena. Jaqueline Sales pergunta por que as entidades sem fins lucrativos, como as associações, são classificadas como empresas na cobrança da tarifa? Jackeline explica que o papel social oferecido para a população é voluntário, assim, essas entidades sociais poderiam ficar na tabela do consumo residencial ou serem contempladas como baixa renda. Sobre o mapa do projeto com a identificação da área onde vai ser feita a expansão da rede, Jackeline esclarece que, primeiramente irá apresentar o mapa impresso às comunidades que representa, pelo menos para as lideranças, para identificarem de fato quais as ruas que estão sendo contempladas. Pois, acrescenta, a imagem de satélite apresentada na reunião

não representa mais a realidade atual, por exemplo, há áreas de ocupações de moradias recentes em algumas dessas comunidades do projeto, havendo pessoas em situação de vulnerabilidade que trabalham no lixão. Além disso, acrescenta que há nomes de ruas identificadas no mapa que não são os mesmos nomes que as comunidades conhecem, por exemplo, no mapa há uma rua que é dentro da comunidade Jardim Cabano, mas que foi considerada como uma área do Jardim Paraíso. Finaliza com a pergunta sobre qual a tabela dos valores de ligações de água, questionando também se esse projeto, que foi elaborado em 2019, ainda se manterá com a mesma proposta orçamentária. Mário Santos manifesta sua insatisfação com a apresentação do projeto. Ele esclarece que a sociedade civil não é contra o projeto, mas, é contra à forma como está sendo apresentado o projeto sem considerar a questão da acessibilidade da leitura do documento para pessoas que não são da área técnica. Mário Santos solicita aos signatários que convoquem algum membro do Comitê Técnico para realizar uma apresentação didática do projeto para amplo entendimento dos membros do CA. Mário solicita, também, esclarecimento sobre a viabilidade do projeto, visto que não houve estudo socioeconômico da população residente na área, pergunta como está sendo avaliada a viabilidade da implantação do projeto nessas comunidades. Outra ponderação apresentada por Mário é sobre o tratamento dado às comunidades quilombolas, que estão sendo invisibilizadas na discussão sobre o projeto, por isso, reforça a questão enviada aos signatários por e-mail sobre a inclusão da consulta prévia, livre e informada a essas comunidades. Mário esclarece que a expectativa para a reunião era a de ter uma apresentação detalhada, com indicação das ruas que serão contempladas no projeto e a justificativa da escolha da área, com discriminação detalhada do projeto e do orçamento, pois, relata que os membros da sociedade civil gostariam de discutir de forma mais ampla o orçamento do projeto e sua viabilidade, mas, principalmente, desejam se sentir esclarecidos para poder contribuir de forma qualificada com o projeto. Renée Chaveiro retoma a fala para responder aos questionamentos dos membros. Primeiramente sobre a tarifa social para as associações, ele explica que todas as tarifas praticadas pela concessionária são reguladas pelo poder concedente do serviço, assim, elas estão regulamentadas e, atualmente não há previsão de tarifa social ou tarifa diferenciada para associações representativas, associações de bairro ou associações para atendimento de pessoas carentes, mas, esclarece que cada entidade social pode realizar uma demanda específica à agência reguladora do município e à prefeitura para inclusão na tabela de tarifa social ou uma tarifa reduzida. Sobre a dinâmica de apresentação do projeto, Renée explica que foi utilizada a mesma forma que fizeram na apresentação presencial, mostrando o mapa para as pessoas tirarem suas dúvidas a partir dele, mas, caso haja mais dúvidas, a concessionária poderá agendar outra apresentação detalhada também presencial. Renée Chaveiro também explica que o levantamento de informações da área a ser implementado o projeto foi feito a partir de montagens de imagens de drone e imagens de satélite com informações dos lotes, tanto os vazios quanto os ocupados, conforme prevê as normas de engenharia. Também explica que todos os itens do orçamento que foram adicionados dentro do projeto são os normatizados em projetos de engenharia, com base em valores do SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), assim, os valores são regulamentados pela Caixa Econômica Federal e atualizados mensalmente. Maria Olívia pergunta aos representantes da Águas de São Francisco sobre a questão fundiária do projeto. A procuradora explica que há questões fundiárias a serem resolvidas no município de Barcarena e que em 2019, o MPF questionou

a prefeitura sobre a situação, e a informação que receberam é de que, independentemente da questão fundiária, a prefeitura está de acordo com a implementação do projeto, assim, pergunta à concessionária se houve a exclusão de alguma área do projeto em razão de questão fundiária indefinida, por exemplo, se a avaliação foi feita inteiramente a partir da análise de drones e de imagens de satélites, verificando efetivamente a real ocupação do local. Por fim, conclui que a posição do MPF é de que, deve ser considerada a concretização do direito do acesso à água independe da regularização fundiária da área. Fernando Teles responde à procuradora que não houve exclusão de nenhuma área por questões fundiárias. Renée Chaveiro dá continuidade às respostas, explica que, com relação ao estudo socioeconômico da população da área do projeto, a Águas de São Francisco não realizou. A concessionária teve a incumbência de elaborar uma proposta de projeto para a implantação do valor de cinco milhões de reais na expansão do abastecimento de água. Também explica que, as pessoas que não tiverem capacidade financeira para fazer o pagamento das faturas, e que estiverem inscritas em sistemas de distribuição de renda, como bolsa família, podem requerer o cadastro de tarifa social, que é 50% do valor da tarifa mínima, ficando em R\$16,00 reais para o uso de 10 mil litros de água. Com relação à atualização do orçamento da proposta, perguntado por Jackeline, Renée Chaveiro esclarece que o orçamento foi elaborado em cima das condições das ruas em 2019, tendo parte das ruas com asfalto e parte sem asfalto. Explica que, desde quando foi enviado o orçamento, foi assinalado que, caso houvesse colocação de asfalto na área do projeto antes de sua implementação, que os valores unitários poderiam ser diferenciados, pois o custo para implantação de rede de água em rua com asfalto é maior. Mas, nesse momento, o orçamento enviado se mantém conforme o proposto, sem alteração. Jackeline Sales reforça aos signatários um pedido que foi realizado durante a 4ª reunião do CA, à prefeitura de Barcarena, à agência reguladora e, mais recentemente à concessionária sobre o **cronograma de expansão dos sistema de abastecimento de água para cada comunidade**. Pois, há necessidade de entender ao longo dos anos, quais comunidades serão atendidas. Jaqueline Sales também apresenta uma pergunta que foi direcionada à agência reguladora e ainda não foi respondida, que é sobre as análises de metal pesado na água. Questiona a concessionária Águas de São Francisco se ela faz o estudo de metal pesado em suas análises da qualidade da água e com qual regularidade. Renée Chaveiro retoma a fala novamente para completar as respostas aos membros. Referindo-se à pergunta sobre o diâmetro da tubulação e ao crescimento vegetativo da população a ser atendida pelo projeto, ele explica que o projeto foi baseado tanto em lotes edificadas como em lotes não edificadas, prevendo uma população de saturação para 30 anos, que é o padrão em projetos de engenharia para abastecimento de água. Considerando a vazão de consumo em um horizonte de 30 anos, assim, os diâmetros de tubulação previstos já consideram o consumo para essa população com crescimento vegetativo da área. Com relação às análises de água, Renée responde que a concessionária utiliza a Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério da Saúde, onde constam os parâmetros que todas as concessionárias devem seguir para fazer o acompanhamento da qualidade da água, havendo itens mensais, semanais, trimestrais, semestrais e anuais de análise. Renée explica que há itens de análise de chumbo e de lítio, por exemplo, mas, não teria a informação no momento sobre a periodicidade dessa análise, mas, que são feitas e enviadas à vigilância sanitária. **A partir dessa discussão, ficou encaminhado que o IEB formalizará à concessionária a solicitação dos membros do**

**CA do compartilhamento dos resultados da análise da qualidade da água que incluem as análises de metais pesados.** Jaqueline Sales pergunta quantas novas ligações de água serão realizadas com o projeto. Renée Chaveiro responde que serão 2.864 novas ligações. Explicando que, o cálculo de atendimento para, aproximadamente, onze mil pessoas, foi realizado segundo um coeficiente do IBGE, podendo variar entre diferentes bairros dentro da mesma cidade, que calcula a média de quatro habitantes por residência. Mário Santos questiona sobre qual o motivo de o quilombo São João ter ficado de fora do projeto, visto que ele está ao lado da comunidade Bom Futuro, que vai ser contemplada pelo projeto. Maria Olívia reforça o questionamento de Mário, pois não faria sentido excluir ou dividir um território tradicional ao meio dentro do projeto. Também reforça a pergunta de Jackeline, com relação à comunidade Jardim Cabano, por que essa área teria sido excluída do projeto? Renée Chaveiro responde que, desde quando foi apresentado o projeto, ocorreram reuniões com os Ministérios Públicos e com a Hydro, de modo a encaixar no projeto o quanto fosse possível com esse valor de R\$5 milhões de reais em ampliação da rede de água, assim, a modelagem do projeto atual contempla essa área apresentada, mas, o projeto é totalmente mutável, de acordo com o valor que está sendo aplicado, a da área final deve ser definida pelos signatários e repassa à concessionária para a revisão do projeto. Assim, caso altere a área de abrangência, a concessionária deve estudar a nova área e apresentar uma nova proposta. Outra questão levantada por Jackeline Sales com relação à comunidade Jardim Cabano, foi com relação ao valor da instalação de hidrômetros, ela apontou que, como a comunidade ficou de fora do projeto de expansão da rede de água viabilizado pelo recurso de R\$ 5 milhões do TAC, os moradores da comunidade terão que pagar a taxa individual de instalação de hidrômetros, que varia entre R\$ 277,07 e R\$ 392,72, o que não aconteceria se a comunidade estivesse incluída no projeto viabilizado com recurso do TAC. **Como encaminhamento, a procuradora Maria Olívia irá levar essa questão para discussão entre os signatários.** Maria Olívia pergunta aos presentes se conseguem identificar quais as comunidades tradicionais foram contempladas no projeto. Após identificação de ruas no mapa apresentado por Fernando Teles, Mário responde que as únicas comunidades tradicionais são as comunidades quilombolas São Sebastião do Burajuba e São João, as demais estão fora do projeto, que são as comunidades quilombolas Conceição, Cupuaçu e São Lourenço. Mário Santos reflete que, apesar dessas comunidades ficarem na margem do rio e não terem água encanada, elas ficaram fora do projeto. Maria Olívia pergunta aos representantes da concessionária a informação de quando está prevista a implementação do sistema de abastecimento de água para as comunidades quilombolas Cupuaçu e São Lourenço dentro do cronograma da concessionária? Renée Chaveiro responde que não teria no momento a informação. Jaqueline Sales completa dizendo que, sabe-se que o valor é limitado e que não é possível incluir todas as áreas, mas, deve-se procurar ver no orçamento como seria possível atender o maior número de instalações, pois, isto também é positivo para a concessionária. Concluindo, **Jackeline reforça a importância em se ter o cronograma de expansão para todas as comunidades, pois, como muitas vão ficar de fora agora, pelo menos, seria possível identificar no cronograma o ano em que a comunidade vai receber a instalação da água. E essa informação foi solicitada para a prefeitura de Barcarena e para a agência reguladora desde a 4ª reunião do CA.** Mário Santos e Jackeline Sales também sugerem que as comunidades beneficiadas pelo projeto sejam chamadas a conversar e entender o que é considerado como território da comunidade

de fato. **Jackeline solicita que nesse projeto do investimento de R\$5 milhões seja estabelecido um prazo com cronograma para essas etapas de discussão e de aprovação, pois, somente assim é que se poderá visualizar no tempo o momento que ocorrerá de fato a implantação do sistema para essas comunidades.** Reforça que isto dará maior credibilidade para o Comitê de Acompanhamento, pois essa pauta do projeto da água já vem ocorrendo desde as primeiras reuniões do CA, somando um ano de discussões. Sabe-se que os diálogos melhoraram muito e que se avançou no entendimento do projeto, mas, as comunidades estão cobrando dos seus representantes dentro do Comitê, maior efetividade. Finaliza dizendo que está é uma crítica construtiva para o aprimoramento desse espaço de acompanhamento. **Mário Santos reitera o pedido aos Ministérios Públicos e aos signatários para que considerem fazer a consulta prévia livre e informada dentro das comunidades quilombolas. Reforça que, nela, é possível haver o estudo socioeconômico para se compreender a viabilidade do projeto.** Eduardo Bustamante fala que a apresentação feita pelos representantes da concessionária foi importante para conhecer um pouco mais do detalhamento do projeto, além de haver um espaço maior para os membros fazerem suas perguntas. **Eduardo confirma que receberam as questões enviadas por e-mail e que, os pontos direcionadas à Hydro serão respondidos aos membros nos próximos dias.** Dando prosseguimento à reunião, passa-se para o **3) O que ocorrer.** Eduardo Bustamante pergunta ao IEB sobre qual a previsão de concluir a escolha da sexta representação da sociedade civil para compor o Comitê. Edane Acioli responde que o IEB concluirá em 20 de maio o processo de escolha dessa sexta representação. Posteriormente, seguiu-se para a definição do ponto **4) Pauta e data da próxima reunião.** Eduardo Bustamante sugere manter a reunião do CA ainda de forma mensal em maio por conta da sexta representação da sociedade civil que irá entrar, mas, que, em seguida, seja implementado a periodicidade bimestral que consta no regimento. Os membros acordam que a próxima reunião ficará com o seguinte ponto de pauta: **1) Atualização da implementação do TAC com apresentação do status do processo de contratação das auditorias independentes com detalhamento dos termos de referência publicados e pendentes de publicação.** O encontro ocorrerá ainda em formato virtual, no **dia 25 de maio de 2021, às 14:30h.** Finalizando a reunião, Edane Acioli agradece a participação de todos e todas. Após as manifestações dos presentes, foi dada por encerrada a reunião às 17:45h, o IEB, na condição de Secretaria Executiva, lavrou a presente ata.